



58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital

**EDT-58ªPJESPSLS-7PD - 12025**

**Código de validação: 4176F96643**

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**, pelo titular da 53ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís (7º Promotor de Justiça Distrital da Cidadania - Polo Zona Rural), Dr. Albert Lages Mendes, nos termos das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, pelo presente edital:

**CONSIDERANDO** a Resolução CNMP nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, com as alterações da Resolução CNMP nº 207 de 05 de março de 2020 que dispõem sobre audiências públicas no âmbito do Ministério Pùblico da União e dos Estados c/c a Resolução 02/2004-CPMP/MPMA;

**CONSIDERANDO** que o art. 10 da Recomendação nº 54/2017-CNMP prevê que a atuação resolutiva dos membros deve primar pela adaptação e adequação da prestação dos serviços do Ministério Pùblico às realidades locais e às mais relevantes necessidades da sociedade, cuja escuta social será feita através de audiências públicas, reuniões e outros mecanismos de participação e cooperação dos titulares dos direitos, com periodicidade não inferior a 1 (um) ano, para priorização e foco de atuação nesse mesmo período;

**CONSIDERANDO** que o art. 17, I, da Recomendação de caráter geral nº 02/2018-CNMP/CN estabelece que deverá ser observada, na fiscalização das Promotorias de Justiça, a promoção de medidas de aproximação comunitária para a resolução de problemas de interesse da sociedade, com a realização de audiências públicas e participação efetiva da população para a resolução de conflitos;

**CONSIDERANDO** que o art. 5º, *caput*, do Ato Regulamentar nº 11/2022 que dispõe sobre o Regimento Interno das Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís, estabelece que a atividade extrajurisdicional cível, no plano de atuação da Promotoria Distrital, sem prejuízo do recebimento e registro de notícias de fato por qualquer



## **58<sup>a</sup> Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital**

meio possível, iniciar-se-á ordinariamente por escuta social, na forma de audiência pública, para a coleta de notícias de fato de danos emergentes e de políticas públicas deficitárias relativas à área de atuação da unidade, tanto acerca de interesses coletivos *lato sensu* quando de interesses individuais indisponíveis, recaindo essa rotina pelo menos uma vez por ano em 3 (três) bairros do Distrito, de forma a garantir a participação na escuta social do máximo de beneficiários dos bairros adjacentes ao local da escuta, que componham o polo;

**CONSIDERANDO** a necessidade de realizar escuta social, por meio de Audiência Pública;

**CONSIDERANDO**, ainda, que as instituições públicas devem prestar contas de suas atividades à sociedade.

**Convoca Audiência Pública** a realizar-se no dia 11 de março de 2024, às 09h00, no Unidade de Ensino Básico Salomão Fiquene (Rua Santo Antônio, nº 100, Tibiri), nesta cidade, com o escopo de apresentar o papel institucional da 58<sup>a</sup> Promotoria de Justiça Especializada de São Luís (7º Promotor Distrital da Cidadania – Polo Zona Rural), bem como receber demandas da população da zona rural.

A disciplina e a agenda da audiência pública seguirão as seguintes etapas:

A abertura da audiência pública se dará às 09h00 pelo Promotor de Justiça que fará a explicação sucinta aos participantes acerca da natureza dos interesses coletivos *lato sensu* e individuais indisponíveis, cuja defesa esteja inserida nas atribuições da 58<sup>a</sup> Promotoria de Justiça Especializada de São Luís (7º Promotor Distrital da Cidadania - Polo Zona Rural).

Em seguida será aberta a palavra para os representantes do Poder Público, associações civis e movimentos sociais convidados, observado o limite de 10 (dez) minutos para cada intervenção.

Ato contínuo, será realizada anotação sucinta de todas as notícias de fato acerca desses interesses (coleta de demandas), e os que, tratando de interesse indisponível, sejam também de



**58<sup>a</sup> Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital**  
atribuição do 7º Promotor de Justiça Distrital da Cidadania.

Em seguida, a palavra será assegurada aos cidadãos presentes que se inscreverem no início do evento, pelo prazo de até 3 (três) minutos para cada intervenção.

Ao final, será apresentada em 20 (vinte) minutos uma avaliação geral das contribuições obtidas na audiência pública e os encaminhamentos pertinentes.

Os trabalhos deverão encerrar-se às 12h00.

Divulgue-se o presente edital.

São Luís/MA, data da assinatura eletrônica

*assinado eletronicamente em 21/02/2025 às 10:31 h (\*)*

**ALBERT LAGES MENDES**  
**PROMOTOR DE JUSTIÇA**



**58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital**

**ATA-58ªPJESPSLS-7PD - 72025**

**Código de validação: 53E691D2D0**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÙBLICA DEVOLUTIVA E DE COLETA DE DEMANDAS DA COMUNIDADE**

**58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE SÃO LUÍS  
(7º PROMOTOR DISTRITAL DA CIDADANIA - POLO ZONA RURAL)**

Aos onze do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às 09h30min, na UEB Salomã Fiquene, Rua Santo Antônio, 100, Tibiri, nesta Capital, teve início a *Audiência Pùblica* de coleta de demandas das comunidades do Polo Zona Rural, com a presença do titular desta Promotoria de Justiça, de autoridades convidadas, de lideranças comunitárias e de moradores da região, conforme lista de presença.

A mesa de trabalho foi composta pelo Promotor de Justiça titular da 58ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís (7º Promotor Distrital da Cidadania Polo Zona Rural), Dr. Albert Lages Mendes; pelo Coordenador de Produção Agropecuária da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), Silas Almeida; pelo Sr. Flavio Foguinho, assessor da Subprefeitura da Zona Rural; pelo assessor técnico da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Pùblicos (SEMOSP), Augusto Prazeres; pelo Tenente Manoel, do 21º Batalhão de Polícia Militar (BPM); pelo Sr. Clodoaldo Silva e pela Coordenadora de Área da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), Sra. Fátima Salles.

Ao iniciar os trabalhos, o Promotor de Justiça, Dr. Albert Lages Mendes, expressou agradecimentos pela presença de todos os membros da mesa e ressaltou os pilares do Ministério Pùblico do Estado do Maranhão. Esclareceu que o objetivo principal desta Promotoria Distrital é ouvir a população e fomentar o diálogo e solicitou que os presentes se inscrevessem para a coleta de novas demandas, com o objetivo de buscar soluções junto aos órgãos competentes. Além disso, informou que a audiência seria gravada e que todos os procedimentos necessários seriam instaurados com a finalidade de resolver as questões apresentadas.

*Dr. Albert* devolveu a palavra ao ceremonial, que deu prosseguimento à coleta das demandas dos moradores, com as manifestações (falas) dos participantes.

*Silva Cristina*, vice-presidente do Residencial Natureza, solicitou a pavimentação



#### **58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital**

das ruas e destacou que o carro de coleta de lixo não tem acessado as vias devido à falta de pavimentação. Relatou também que uma empresa tem despejado água no rio da Ribeira, consumida pelos moradores, e que, apesar das denúncias e laudos, não foram tomadas as medidas necessárias para resolver a situação, prejudicando a comunidade.

*Arlete Pereira Reis*, moradora do Tibiri, relatou a situação precária da UEB Salomão Fiquene, mencionando a presença de morcegos e outros animais perigosos nas instalações da escola, o que compromete o ambiente escolar e a segurança dos alunos.

*Flavio Foguinho*, em resposta, informou que a reforma da escola já foi licitada e que o processo consta no diário oficial. No entanto, ressaltou que ainda está pendente o planejamento da Secretaria para adequar a reforma às atuais condições da instituição de ensino.

*Daciane Lisboa*, moradora do Tinaí, relatou que a Travessa 1º de Janeiro, localizada no bairro Tinaí, encontra-se sem pavimentação e sem a infraestrutura necessária.

*Fábio de Souza Oliveira*, da união de Moradores Recanto Instituto Verde, afirmou que sobre a falta de vaga escolar, na qual os pais não conseguem vagas para seus filhos. Afirmou que no Recanto Verde não tem água, tendo em vista que possui poços artesianos, mas não suprem a demanda.

*Carlos Augusto Santos*, presidente da União de Moradores do Tinaí, destacou a ausência de paradas de ônibus no bairro, o que tem causado dificuldades para os moradores, principalmente devido às condições climáticas adversas. Relatou, ainda, que o ônibus não tem acesso à estrada principal do Tibiri, o que representa o principal problema da região, considerando que a distância até a estrada é de 6 quilômetros.

*Hortência de Fátima*, do Instituto Tinaí, mencionou que a estrada do Tinaí não foi concluída. Em relação às paradas de ônibus, informou que foi comunicado que está pendente a licitação para a implementação das mesmas.

*Roselene Costa*, professora da Rede Municipal de São Luís, destacou a falta de monitores nas escolas, mencionando especificamente a UEB Mindinho, onde o turno vespertino está sem monitores. Também relatou que a escola Mary Serrão Ewerton está enfrentando a mesma situação. Em relação à UEB Salomão Fiquene, mencionou que a escola necessita de



### **58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital**

reforma e ampliação, uma vez que, desde 2022, a instituição enfrenta problemas de salas de aula lotadas, com alunos com necessidades especiais, sem o devido suporte de auxiliares ou monitores. A Escola Antoninho Baldes, localizada no Igaraú, possui apenas duas salas de aula e não comporta o número de alunos. A UEB Manuela Valera, no Cajueiro, está pronta para ser inaugurada, mas conforme aduz a noticiante, as aulas presenciais ainda não foram iniciadas.

*João Gonçalves*, presidente da União de Moradores do São Bruno, reivindicou melhorias no acesso ao bairro do São Bruno, que vai do retorno do Maracanã até o Tinaí. Destacou a falta de transporte coletivo, que só circula aos domingos, e relatou que o ônibus escolar não está acessando o bairro devido à situação da estrada do Tinaí. Além disso, mencionou a ausência de iluminação pública adequada, uma vez que o bairro não conta com a rede de baixa tensão, responsabilidade da Equatorial.

*Silas Almeida*, coordenador de Produção Agropecuária da SEMAPA, explicou que o poço agrícola ainda não foi ativado, pois está vinculado a um projeto com a associação de agricultores, o que justifica o atraso na sua operação.

*Odelina Ferraz*, presidente da União de Moradores do São Bruno, questionou sobre os trâmites relativos ao retorno do Maracanã e relatou a situação da Rua Menino Jesus, no Maracanã, que não possui pavimentação e necessita de infraestrutura. Informou que ambulâncias têm dificuldades para acessar a rua devido à falta de pavimentação. Defendeu também a necessidade de um CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) na área da Zona Rural. Além disso, mencionou a falta de monitores nos ônibus escolares que atendem a Unidade de Ensino Básico Mindinho, entre outras instituições de ensino.

*Em Seguida*, a senhora *Odelina* solicitou a instalação de sinalização adequada na avenida principal do Maracanã, devido ao elevado número de acidentes na região. Relatou ainda que a escola Augusto Mochel está em reforma, mas destacou que os pais não têm condições de manter os alunos nas aulas online, devido à falta de recursos. Por fim, informou ainda sobre a carência de pediatras e geriatras na unidade de saúde do bairro, além da necessidade de assistência social e psicólogos nas escolas da Zona Rural.

*Maria Arizete dos Santos*, professora e presidente da Associação do Maracujá, destacou que as ruas do bairro necessitam de pavimentação e mencionou a precariedade dos



**MPMA**  
Ministério Pùblico  
do Estado do Maranhão

**58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital**

ônibus, que frequentemente quebram. Também ressaltou a necessidade urgente de intervenções no retorno do Maracanã devido ao grande número de acidentes registrados na área.

*Luiz Henrique*, presidente da Federação das Entidades Rurais, solicitou uma audiência pública na zona rural 1, devido à necessidade urgente de ouvir a população das comunidades locais. Enfatizou a carência de abrigos na Zona Rural de forma geral, pois os moradores enfrentam frequentemente adversidades climáticas. Relatou, ainda, a situação precária do posto de saúde no Coquinho, que não consegue realizar procedimentos básicos, como teste de glicemia.

*Rosana Mesquita*, conselheira tutelar da Zona Rural, afirmou que a estrada do Porto Grande está intrafegável e que os transportes públicos não estão circulando pela localidade, devido à retirada dos serviços pela empresa de transporte. Relatou, ainda, a situação das vagas nas escolas, mencionando que ainda há crianças fora da escola e que adolescentes das comunidades de Porto Grande, Camboa dos Frades, Vila Conceição, que tiveram que se deslocar para instituições de ensino mais distantes.

*Francivânia Gonçalves*, moradora da comunidade de Taín, falou sobre a precariedade do transporte público coletivo no bairro de Taín e a condição precária da estrada do Porto Grande, que prejudica o acesso da população.

*João Francisco Silva*, presidente da Associação Agrícola da Ribeira, destacou a necessidade de instalar postos policiais em alguns locais da Zona Rural. Também solicitou atenção urgente para a educação, especialmente no que se refere à necessidade de transporte escolar e abrigos para a população local.

*Rosilene Ferreira*, presidente da União de Moradores do Residencial Amendoeiras, iniciou sua fala expressando agradecimento pelas melhorias já implementadas no bairro. Destacou os avanços significativos e os retornos alcançados no Residencial Amendoeiras, enfatizando a importância dessas conquistas para a comunidade.

No entanto, ela mencionou que ainda existem pontos que precisam de melhorias, a exemplo do transporte público que tem como ponto final o Residencial Santo Antônio, e, ao chegar ao Residencial Amendoeiras, os moradores não conseguem mais acessar o transporte, uma vez que os ônibus já se encontram superlotados. Ressaltou, ainda, a necessidade urgente de instalar Eco Ponto para os três residenciais, a fim de melhorar a gestão de resíduos e promover a



### **58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital sustentabilidade na região.**

Elá também mencionou a obstrução das galerias que, durante o período chuvoso agravam a situação, pois as galerias estão sem tampas, oferecendo risco de doenças. Relatou ainda a situação da Clínica da Família da Morada do Sol, onde o atendimento tem sido moroso, sem a presença de especialidades essenciais, como pediatras e ginecologistas, solicitando uma fiscalização para garantir a atenção adequada na marcação de consultas.

Em resposta, a enfermeira *Fátima Salles* informou que a Clínica da Família é muito procurada, e que a demanda da comunidade é grande. Explicou que há um projeto em andamento para aumentar o número de atendimentos diários, com o objetivo de melhorar o atendimento à população.

*Ariadna*, presidente da comunidade do Residencial Natureza, relatou a urgente necessidade de pavimentação na área. Informou que a coleta de lixo não está mais sendo realizada devido à falta de trafegabilidade das vias, o que tem gerado sérios problemas para os moradores. Destacou também que não existem paradas de ônibus no Residencial Natureza, o que tem causado dificuldades, especialmente em relação às condições climáticas adversas. Em relação ao transporte escolar, mencionou que os ônibus não acessam o bairro, forçando as crianças a caminharem longas distâncias, o que coloca sua segurança em risco.

*Vanusa Pereira Lima*, presidente da União de Moradores do Residencial 2000, relatou a situação da reforma da escola Silva Estela, destacando que existem crianças sendo transferidas para escolas distantes, sem transporte escolar, e que as novas instituições não têm capacidade para atender todos os alunos. Além disso, sugeriu a criação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) dentro do Residencial 2000, já que a UBS mais próxima está a uma distância considerável e sofre com superlotação, o que compromete o atendimento adequado à população.

Também ressaltou a necessidade urgente de serviços de tapa-buracos no Residencial 2000, pois as ruas alagam facilmente durante as chuvas. Em relação ao Residencial São Bruno, informou que está sendo construída uma penitenciária na área, gerando preocupação nas comunidades locais, uma vez que não houve nenhum tipo de aproximação para esclarecer como o projeto afetará a região.

*Augusto Prazeres*, representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), informou que a secretaria está à disposição da comunidade, mas destacou que os recursos disponíveis são limitados. Em relação à estrada do Porto Grande, explicou que a



### **58<sup>a</sup> Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital**

obra é de grande porte e, por isso, levará mais tempo para ser concluída. Contudo, inicialmente será realizado um paliativo para minimizar os impactos, até que a obra principal possa ser executada.

O Promotor de Justiça, *Dr. Albert Lages Mendes*, abordou a questão do poço de São Bruno, esclarecendo que ele poderá ser utilizado exclusivamente para fins agrícolas, tendo em vista que foi instalado pela SEMAPA. Quanto ao retorno do Maracanã, afirmou que houve uma reunião com o DNIT, e a obra está em processo de licitação. Sobre a estrada do Porto Grande, informou que a obra foi orçada e que já realizou uma reunião com a Secretaria de Obras. Ressaltou que a obra necessita de drenagem, um trabalho que não pode ser realizado durante o período de chuvas. Apesar disso, afirmou que estão sendo feitos esforços para executar um paliativo até que seja possível iniciar a obra completa de drenagem.

O coronel *Clodoaldo Gonçalves Silva*, tenente-coronel do 21º Batalhão, destacou a importância de estreitar a aproximação da Polícia Militar com a comunidade. Informou que, com a implantação e descentralização dos postos, foi estabelecido um batalhão na Zona Rural. Ao final, deixou para a comunidade o contato telefônico para facilitar a comunicação com a Polícia Militar.

O representante da Subprefeitura, *Flávio Foguinho*, expressou seu agradecimento pelo convite e afirmou que fez anotações das demandas apresentadas. Comprometeu-se a dar continuidade aos serviços e tomar as providências necessárias para priorizar as ações. Além disso, garantiu que a entrega da UEB Salomão Fiquene será realizada o quanto antes e destacou que a Subprefeitura está de portas abertas para receber a comunidade.

O Promotor de Justiça, *Dr. Albert Lages Mendes*, agradeceu à senhora Regina Lúcia de Oliveira dos Santos, que cedeu o espaço para a realização da audiência pública. Ao final da coleta das demandas da população, *Dr. Albert* enfatizou que o fortalecimento da cidadania é alcançado por meio da educação, do combate à desigualdade social e da participação ativa da população. Por fim, declarou encerrada a audiência pública às 13:30h.



**MPMA**  
Ministério Pùblico  
do Estado do Maranhão

**58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital**

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, *Isabela Sasha Carvalho Sousa*, Assessora de Promotor de Justiça, que a digitei, e pelo *Promotor de Justiça Albert Lages Mendes*, titular da 7ª Promotoria Distrital da Cidadania - Polo Zona Rural.

*assinado eletronicamente em 09/04/2025 às 12:01 h (\*)*

**ALBERT LAGES MENDES**  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

*assinado eletronicamente em 09/04/2025 às 12:00 h (\*)*

**ISABELA SASHA CARVALHO SOUSA**  
ASSESSORA DE PROMOTOR DE JUSTIÇA

**58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS – (7º Promotor Distrital)**

**LISTA DE FREQUÊNCIA**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA – COLETA DE DEMANDAS**

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	BAIRRO	TELEFONE/E-MAIL
01	Bruna Valéria	Moradora do BAIRRO	Tibiri	(98) 98713-8225
02	Silvia Cristina Lira	Associação de Moradores	Residencial Natureza	
03	Maria Clara Azevino	ESTUDANTE	RESIDENCIAL NATUREZA <del>COR</del>	(98) 98214-7841
04	Rosana Pereira Reis	Moradora	Tibiri	(98) 98430-2061
05	Amélia Ananha	AMG Comunicação		(98) 98115-3013
06	Dacyane Lisboa	Moradora	Tibiri	(98) 98481-0642
07	Inácio Dijé	SUBPREFEITURA		(98) 98409-0261

58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS – (7º Promotor Distrital)

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	BAIRRO	TELEFONE/E-MAIL
08	Adriana Mendonça	Monarona	Tirini	(98) 99908-2757
09	Roselene Costa	SINPREDUCAÇÃO - SINDICATO DOS PROFESSORES DE SLZ		(98) 98321-7741
10	João Gonçalves	Monaror	Comunidade São Bruno	(98) 98437-0496
11	Odelina Ferraz	UNIÃO DE MONARONAS	Manacaná	
12	Maria Rute	Semus		(98) 99204-7011
13	Francinânia Gonçalves	Monarona	Taim	(98) 98536-6836
14	Francisco Suwa	Presid. da Associação Agrícola Gleise	Ribeira	(98) 99135-1333
15	Raimunda Oliveira	VENEADONA - COLETIVO Nós		(98) 98495-6640
16	José Antônio Aíres	Monaror	Auto Bruto	(98) 98310-8180
17	Jalmir Ferreira Passos	Presid. da Associação DA COMUNIDADE SÃO BRUNO	Comunida. São Bruno	(98)

**58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS – (7º Promotor Distrital)**

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	BAIRRO	TELEFONE/E-MAIL
68	* Aglète Pereira Reis		Moradão - Tibiri	91 065493
69	Natalia Rodrigues	Atividade primária - SGMUS		(98) 9 82824019
70	Silob Almeida	Semospa		9 89406045
71	Patrícia Batista de Oliveira	Professora - S. Fiquene		87011549
72	Fátima Soárez	Semus - Voluntário		
73	Luis Carlos Ferreira	Morada do Sol .		
74	Renato Poldas	Educação Semus - de Ambulatório		9 81242930
75	Leorissa Ricci	- Coordenação - Semus Psicossocial		9 81242930
76	Augusto Pragêncio	Semosp		
77	Adelimcula Reis	AMG Comunicação		9 92269699

58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS – (7º Promotor Distrital)

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	BAIRRO	TELEFONE/E-MAIL
78	Antônio Ferreira Vazeonel		Morador	999129102
79	Flávia Foguinho	Subprefeitura		989017665
80	Tássio Pires	Subprefeitura		84751339
81	Plácido Gonçalves Díaz	Silvia Tenente Coronel 21º BPM - U. M. Recanto		
82	* Fábio de Sousa Oliveira	Instituto Verde		91204689
83	* Carlos Augusto Santos	Associação de moradores Tinaí		(98)99109-7798
84	Claudia lastro	SIND - Educacionar		(98) 988016085
85	Sheila Bonololo	SIND		(98) 887650 567079
86	Hortêncio de Fátima Lopes	Instituto Tinaí		
87	* Manoel Anizete dos Santos	Sociedade Cultural do Maracajá.		92015021

58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS – (7º Promotor Distrital)

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	BAIRRO	TELEFONE/E-MAIL
88	Haus Henrique	Presidente - Federação dos Contidos Rurais		98 9 8197 04 99
89	João Batista Carvalho		Morro do Chapéu	
90	Marie Lourdes Lashoo	Professor - S.F.		88451851
91	Rosângela Mesquita	Conselheiro Tutelar		
92	Marie Antônio Santos			
93	Fernando César dos Santos	Presid. do U. Mob Tibiri - Complexo		987364322
94	Ailson Ferreira	Conselheiro Tutelar		986463645
95	Clarisse Ferreira	Coletivo Nós		982594890
96	Antônio Noberto	PRF		984848521
97	Rose Ferreira			



**58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS – (7º Promotor Distrital)**

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	BAIRRO	TELEFONE/E-MAIL
98	Mariodna Gristina de Lorio		Resid. Roraima	
99	Vanusa Leima		Residencial 2000	
100				
101				
102				
103				
104				
105				
106				
107				